



O USO DO CRÉDITO RURAL NO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO: DESAFIOS PARA PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E ORGÂNICA¹

*The use of rural credit in solidary cooperativism: challenges for promoting agricultural
and organic production*

Marcos Catelli Rocha, Fábio Luiz Búrigo, Anderson Luiz Romão, Ademir Antonio Cazella

Filiação: Lemate - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

E-mail: marcos.catelli@gmail.com; fabio.burigo@ufsc.br; alromaoagro@gmail.com; aacazella@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): 6.5. Impactos econômicos, sociais e ambientais

Resumo

Nos últimos anos, a Cresol Vale Europeu vêm ampliando o número de contratos de crédito rural e também o montante em financiamentos, sobretudo do Pronaf. No entanto, do total das operações contratadas por intermédio da cooperativa de 2014 a 2018, menos de 1% são referentes ao subprograma Pronaf Agroecologia. Esse baixo percentual de acesso já foi retratado nas pesquisas sobre o tema como “mais do mesmo”. Contudo, o fato chamou a atenção dos pesquisadores do Lemate devido a cooperativa estar inserida em uma região com demanda de produtos orgânicos e agroecológicos, além de contar com ampla rede de organizações de produtores e consumidores que trabalham com a temática da produção sustentável. Diante disso, este trabalho buscou discutir as motivações para esse quadro e o papel dos atores sociais do território, com intuito de buscar alternativas a esse cenário, de modo que a Cooperativa possa qualificar sua atuação em iniciativas que promovam a produção agroecológica e orgânica.

Palavras-chave: Agricultura familiar, crédito rural, cooperativismo de crédito, agricultura orgânica, agroecologia.

Abstract

In recent years, Cresol Vale Europeu has been expanding the number of rural credit contracts and also the amount in financing, especially from Pronaf. However, of the total operations contracted by the cooperative's intermediary from 2014 to 2018, less than 1% are related to the Pronaf Agroecology subprogram. This low percentage of access has already been portrayed in research on the topic as "more of the same". However, the fact drew the attention of Lemate researchers because the cooperative is located in a region with a demand for organic and agroecological products, in addition to having a wide network of producer and consumer organizations that work with the theme of sustainable production. Therefore, this work sought to discuss the motivations for this situation and the role of social actors in the territory, in order to seek alternatives to this scenario, so that the Cooperative can qualify its performance in initiatives that promote agroecological and organic production.

Key words: Family farming, rural credit, credit cooperatives, organic agriculture, agroecology.

1. Introdução

A criação do Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (Cresol) no sudoeste do Paraná em meados do anos 1990 teve o objetivo de renascer o movimento cooperativista no meio rural. Sua proposta era valorizar agricultores familiares que enfrentavam um crescente processo de exclusão social e econômica. Na época as políticas de crédito rural oficial favoreciam quase que exclusivamente agricultores mais consolidados, capazes de adotar os sistemas produtivos apregoados pelo processo de modernização da agricultura brasileira. O principal vetor motivador para criação das cooperativas Cresol foi combinar o atendimento das demandas financeiras dos agricultores familiares e das populações dos pequenos municípios do

¹ Este trabalho está inserido em um conjunto de pesquisas que vem sendo realizadas pelo Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No final de 2018, o Lemate elaborou um projeto junto à Cresol Vale Europeu e foi aprovado na chamada pública CNPq/SESCOOP 007/2018 – Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação em Cooperativismo.



interior do país, que geralmente não dispunham de serviços financeiros adequados. Essa vertente do cooperativismo se fortaleceu também a partir do surgimento de uma nova geração de políticas favoráveis à agricultura familiar e ações de desenvolvimento rural, sobretudo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995.

Com esse ambiente favorável e notável capacidade de governança, o Sistema Cresol expandiu-se por todo o Sul do Brasil e posteriormente às demais regiões do país. A cooperativa de crédito objeto deste estudo - Cresol Vale Europeu (CVE), nasceu no final de 2018, por meio de um processo de união de cinco cooperativas singulares dos municípios catarinenses de Águas Mornas, Botuverá, Ituporanga, São João do Itaperiú e Schröder. Esse processo tornou a nova cooperativa uma organização de grande expressão em termos econômicos e sociais, tendo em conta os padrões do Sistema Cresol. Uma das razões para o sucesso das cooperativas que se uniram foi o atendimento das demandas dos associados em relação ao crédito rural. A proposta deste trabalho é analisar como as políticas de crédito rural dessas cooperativas foram operadas nos últimos anos e como a Vale Europeu está se preparando para se moldar ao crescimento dos sistemas produtivos agroecológicos ou de base orgânica e as transformações nos hábitos de consumo da população urbana presentes em sua área de abrangência.

Portanto, foram acessadas informações da carteira de crédito rural das cinco cooperativas referentes ao período 2014-2018 (ROCHA, 2020). A maior parte das informações agregadas disponibilizadas pela Cresol foram organizadas e sistematizadas com apoio de planilhas Excel. Na análise qualitativa foram realizadas 33 entrevistas semi estruturadas e aplicados questionários. Essas entrevistas contemplaram técnicos envolvidos com o trabalho de assistência técnica aos agricultores, gestores e colaboradores da Cooperativa, agentes comunitários de desenvolvimento e agricultores. Para reforçar a análise, buscou-se também ouvir lideranças e agricultores que atuam na produção agroecológica ou orgânica.

2. Os contratos de crédito rural na Cresol Vale Europeu e os desafios da promoção da agroecologia e da produção orgânica

A CVE tem demonstrado uma forte expansão em termos de números de associados (mais de 23 mil) e de área de atuação, suas unidades atendem em torno de 100 municípios, a maioria envolvendo os núcleos urbanos no litoral do estado de Santa Catarina. Entre 2014 e 2018, a Vale Europeu ampliou o número de contratos, totalizando 8.928 operações, sendo a maioria do Pronaf (quase 91% dos contratos) além do montante de financiamentos do crédito rural, com cerca de R\$ 248 milhões no total, demonstrando grande capacidade de penetração junto ao público da agricultura familiar.

Nos últimos anos, observa-se que em diversos municípios do litoral ocorre uma crescente demanda por alimentos mais saudáveis, o que tem levado ao surgimento de formas inovadoras de articulação entre agricultores familiares e consumidores de produtos orgânicos e agroecológicos, a exemplo das Células de Consumidores Responsáveis (CCR)². Apesar dessas mudanças, do total das operações de crédito rural contratadas por intermédio da CVE, somente 17 (0,19%) foi concernente ao subprograma Pronaf Agroecologia. Ao se olhar mais de perto os dados fornecidos pela Cooperativa, nota-se que dentre a totalidade dos contratos firmados no período, quase 1% dos agricultores se declararam como agroecológicos (0,25%) e orgânicos (0,73%). Isso mostra que alguns contratos podem ser utilizados para produção agroecológica/orgânica, mas não são computados como Pronaf Agroecologia. Porém, mesmo assim, o baixo número de operações que adotam a produção sustentável é evidente e isso

² Trata-se de um projeto executado pelo Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF), pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o qual conecta consumidores à produtores agroecológicos da região da Grande Florianópolis, maiores informações: <https://celulasconsumo.ufsc.br/>.



reproduz o quadro presente em outras regiões do Estado, pois, segundo Capelesso, 2016 (p. 41): “entre os agricultores beneficiados do Pronaf, a sua maioria adota sistemas de produção convencional”. Cazella et al, (2016) avaliando o acesso dos agricultores à modalidade do Pronaf criada para apoiar a agroecologia, concluem que este permanece residual e sem grande participação da maioria dos agricultores familiares.

Ressalta-se que esse baixo percentual de acesso não é uma exclusividade desta Cooperativa. Outros estudos apontam como o Pronaf tem se caracterizado por ações de apoio à agricultura convencional, se limitando a fazer “mais do mesmo” (Schejtman e Berdegué, 2004). Ainda assim, os dados da CVE revelam uma baixa consonância em relação às novidades sociotécnicas que se observam em sua base de atuação. Ou seja, em que pese as críticas crescentes à falta de sustentabilidade dos sistemas agropecuários financiados pela política de crédito rural, mesmo organizações financeiras com maior inserção social, a exemplo da CVE, demonstram uma elevada “dependência da trajetória” do modelo produtivista de desenvolvimento agrícola em detrimento de valores contemporâneos da sustentabilidade.

Dentre os entrevistados, os técnicos trazem a questão da importância do acompanhamento técnico (público) aos produtores, mencionando a demanda que foi criada nas cidades pela produção orgânica e o “pioneirismo” de alguns agricultores que se aventuraram a produzir de forma mais sustentável, mas sem contar com respaldo técnico e se frustraram no caminho. Ainda nesse campo, mencionam a competição desleal com relação às lojas agropecuárias, que oferecem esse serviço aos agricultores “gratuitamente” vendendo agrotóxicos e desacreditando iniciativas produtivas fora do pacote convencional. Outro fator crítico destacado é relacionado às certificadoras, que representam um custo adicional aos produtores e no caso da certificação participativa não estão presentes em todas as localidades. Os gestores da cooperativa mencionam a baixa tecnologia disponível, o que, segundo eles, auxilia no quadro de superioridade e “facilidade” de acesso ao pacote convencional e nas dificuldades enfrentadas pelos produtores orgânicos/agroecológicos. Apontam ainda que, muitos desses produtores agroecológicos e orgânicos, ou não acessam o crédito rural, ou são enquadrados na “vala comum do crédito”.

Agricultores e líderes de organizações que atuam na produção agroecológica e orgânica da região ajudam a contextualizar algumas dificuldades, entre as principais destaca-se: (i) dependência dos mercados e canais tradicionais de comercialização: os mercados dos produtos orgânicos e agroecológicos ainda são limitados, específicos e restritivos. Essa realidade acaba por afastar consumidores de menor poder aquisitivo e excluir as famílias agroecológicas que detêm uma produção sazonal e diversificada, o que inibe indiretamente a busca por crédito, sobretudo para custeio. Já os novos mercados, como as feiras orgânicas e inovações organizacionais, como as CCR, dependem de uma mobilização crescente dos produtores e consumidores para ajustar as demandas e ofertas e limitações legais e sanitárias; (ii) custo de produção: diferentemente da produção convencional, a produção agroecológica tem como custo mais relevante a mão de obra, um item que não é normalmente contemplado nos projetos de crédito; (iii) vulnerabilidade: o maior risco da produção agroecológica e orgânica dependem de assistência técnica especializada e maior tempo de maturação dos investimentos. Tais desafios podem ser enfrentados com o apoio de organizações consolidadas, como as cooperativas de crédito Cresol, que podem fortalecer programas de ATER e programas de apoio financeiro para a reconversão, prevendo também apoio aos projetos de desenvolvimento sustentável.

3. Considerações finais

Transformações estruturais rumo a sustentabilidade relacionadas aos sistemas alimentares dependem de mudanças nas políticas públicas, em especial naquelas



correlacionadas ao crédito rural, e na capacidade de organização de produtores e consumidores envolvidos. A predominância dos contratos de crédito inseridos na lógica de produção convencional soma-se ao baixo número de operações nos subprogramas que foram criados para favorecer uma produção mais sustentável – Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco. Uma possível solução para esse contexto seria tornar essas modalidades mais atrativas, com redução da taxa de juros, melhoria nas condições de pagamento, entre outros aspectos que facilitem e ampliem o acesso à esses subprogramas. Um elemento que pode atenuar esse quadro reside na possibilidade de operações do Pronaf estarem sendo efetuadas sem que se recorra a modalidade específica do Programa voltada à Agroecologia, dada a incapacidade de atender plenamente os parâmetros técnicos para seu enquadramento como produtores orgânicos. Podem existir, nesse sentido, agricultores em fase de transição que ainda não conseguiram seu credenciamento junto ao Ministério da Agricultura e Abastecimento ou às organizações certificadoras. Mesmo assim, é urgente um olhar mais profundo quanto as razões para o baixo acesso de agricultores familiares agroecológicos e orgânicos ao crédito rural, como no caso do subprograma Pronaf agroecologia. Qual o papel dos atores sociais do território para buscar alternativas a esse cenário do “mais do mesmo”, de modo que a Cooperativa possa qualificar sua atuação num projeto de desenvolvimento rural mais sustentável?

A pesquisa aponta que esses novos mercados são promissores na região, mas exigem crescentes esforços de ação coletiva e desenvolvimento de habilidades e práticas de cooperação (BÚRIGO, ROVER, FERREIRA, 2021). Essas iniciativas podem ser impulsionadas com apoio de organizações cooperativas e associativas existentes nos territórios, como a Cresol Vale Europeu. Essas ações dependem do aumento da cultura da cooperação, especialmente no público urbano consumidor, e do apoio institucional para a criação de novas experiências organizacionais, a exemplo das CCR. A bem sucedida interface de políticas de crédito e políticas de compras institucionais (Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, e o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA) é outro caminho para a ampliação dos canais de comercialização destas famílias, exigindo um processo na elaboração de estratégias para diversificar o uso do crédito rural e abrir novos mercados para a geração de um círculo virtuoso entre produção e consumo capaz de alterar o cenário existente.

Referências

BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. Habilidades e práticas para a cooperação no desenvolvimento rural. *In*: BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. (orgs). **Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul americanos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. (p.17-35).

CAPELESSO, A. J. **Crédito e Seguro da Agricultura Familiar: Políticas Públicas de Apoio à Sustentabilidade ou de Subsídio a Sistemas Produtivos de Baixa Eficiência**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis-SC, 2016. 357 p.

CAZELLA, A. A., et al. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Revista Política & Sociedade**. v. 15. 2016.

ROCHA, M. C. 2020. **A agricultura familiar e o uso do crédito rural: uma análise a partir dos associados da cooperativa Cooperativa Cresol Vale Europeu**. 2020. 178 p. Florianópolis-SC. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural: borrador de trabajo**. Santiago de Chile: Rimisp, 2004. 54p.